ATA

ATA da Octogésima Quinta Sessão Ordinária do Quadragésimo Sexto Período da Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista - Estado de Roraima, realizada aos seis dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco.

Aos seis dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Boa Vista -Estado de Roraima no Edifício da Câmara Municipal de Boa Vista, localizada na Avenida Êne Gracez, número mil duzentos e sessenta e quatro, no Plenário Estácio Pereira de Mello às dezessete horas e trinta minutos, realizou-se a Octogésima Quinta Sessão Ordinária do Quadragésimo Sexto Perído Legislativo da Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência do Senhor Natanael Alves do Nascimento e Secretariado pelo Senhor Vereador Vingtum Goveia Praxedes. O Senhor Presidente determinou ao Senhor Secretário proceder a chamada nominal dos Senhores Vereadores: Alfonso Rodrigues do Vale, Braz Assis Behnck, Francisco Vieira Sampaio, Geraldo Moreira da Silva, Jader Linhares, Humberto Santos de Campos, Homero de Souza Cruz Neto, Maria Alice de Andrade Gomes, Maria da Conceição Silva Ventura, Darci Alencar de Freitas, Valcira Figueira da Silva, Vera Lúcia Araújo Bezerra. Ausente os Vereadores: Joaquim Pinto Souto Maior Neto(justificado), Maria de Lourdes Pinheiro(justificado) e Thaumaturgo Nascimento. Havendo quorum legal e regimental o Senhor Presidente invocando a proteção de Deus declarou aberta a Octogésima Quinta Sessão Ordinária e colocou para a apreciação dos Senhores Vereadores as Atas dos dias onze de outubro e sete de outubro, as quais foram aprovadas por unanimidade. Em seguida determinou ao Senhor Secretário proceder a leitura dos Expedientes. EXPEDIENTES ORIUNDOS DIVERSOS: Ofício sem número - recebido da Diocese de Roraima, respondendo a Indicação número quatrocentos e trinta e dois, de autoria da Vereadora Maria da Conceição Ventura. Ofício número trinta e nove-GS - recebido do Tribunal de Con-

tas da União - Secretaria de Controle Externo em Roraima, respon - dendo o Requerimento número zero sessenta e nove barra noventa e cinco, de autoria do Vereador Geraldo Moreira da Silva. Ofício GS-JF trezentos e oitenta e oito barra noventa e cinco - recebido do Gabinete do Senador João França, encaminhando relação das Emendas que apresentam ao Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de mil novecentos e noventa e cinco. Ofício sem número - recebido da Comissão Organizadora do quarto encontro de A.A de Roraima -Alcoólicos Anônimos de Roraima, agradecendo pela prestimosa colaboração a Irmandade, por ocasião da Sessão deste Legislativo Municipal, pela realização da Reunião Pública de esclarecimento à Sociedade local. Após a Leitura dos Expedientes, não havendo Vereadores inscritos para o Pequeno Expediente, o Senhor Presidente anunciou o Grande Expediente. Com a Palavra VEREADOR HUMBERTO CAMPOS : Senhor Presidente, Senhor Secretário, colegas Vereadores e Vereadoras, Senhores da Imprensa, funcionários da Casa, público presente. Quando decidi-me ingressar na vida pública, o fiz porque acreditava que podia dar a minha colaboração para que tivéssemos uma condição de vida melhor para mim e para aqueles, que evidentemente, descendem de mim possam viver em um mundo de paz com justiça e dignidade. Roraima, particularmente Boa Vista, me acolheu de braços abertos. Aqui tive a honra de inciar a minha vida política, participando da primeira eleição do novo Estado. Fui candidato a Deputado Estadual em mil novecentos e noventa, ficando na primeira Suplência do PDS; partido no qual pertenço desde então, e que hoje tem a sigla denominada PPB. Nas eleições de mil novecento e noventa e dois, fomos até ao povo em busca de apôio, porque almejávamos uma oportunidade como Vereador. Não conseguimos chegar de imediato, mas a nossa votação nos deu a condição de regressar a esta Casa, e hoje na condição de Titular do Cargos, desempenhar a funçaõ da melhor forma possível, vestindo com dignidade a honra de ser Vereador. E é justamente com o coração e com a mente, certo que apartir do momento em que tenho um compromisso assumido com

a sociedade, temos que honrar este compromisso, custe o que custar. Desde o início desse período Legislativo, nos preocupava muito com a situação das Licitações feitas pela Prefeitura Municipal de Boa Vista. Encaminhei inúmeros Requerimentos à Excelentísssima Prefeita, solicitando informações das Licitações realizadas, os participantes, em fim, tudo aquilo que como Vereador me achava no direito de ser informado, até porque a própria sociedade nos cobrava determinadas posições. Era muita comum os pequenos empresários virem até à nós, lamentarem por não terem tido a oportunidade de trabalhar com a Prefeitura. Insistimos nos Requerimentos, e poucos deles foram atendidos. E num deles, esse Vereador indagava sobre as condições de Licitação, naquela obra que a Prefeita elegeu como a obra que a marcará, na passagem como Chefe do Executivo Municipal, que era o plantio das famosas flores, canteiros, jardins da cidade. Tudo muito bonito, mas tem o custo e esse custo nos assustou quando a Senhora Prefeita encaminhou a cópia do Processo de Licitação do serviço ajardinamento nas ruas e avenidas de Boa Vista. No início ficamos com os valores, que no mês de setembro representaram a quantia exata de cento e trinta e oitopmil, duzentos e e cinquenta reais, foi o pagamento efetuado pela Prefeitura para fazer o serviço de plantio, regagem. E eu refleti, imaginando que em um ano a quantia e bastante expressiva e dei asas a minha imaginação, imaginando também quanta coisa poderia ser feita para beneficiar o Município com todo esse dinheiro impregado no plantio e e aguamento de plantas da cidade. Mas ao fazer um estudo mais aprofundadado nesse processo ficamos arrepiados com a quantidade de irregularidades que se encontra no referido processo. Para os senhores terem uma idéia, nós ficamos pasmos com uma curiosa coincidência, a data de assinatura de vários documentos, como o Ofício número trezentos e vinte e dois barra noventa e quatro, solicitando os serviços datados de vinte e três de agosto de mil novecentos e noventa e quatro; autorização da Prefeita também vinte e três de

agosto de mil novecentos e noventa e quatro; solicitação da Comissão de Licitação à Assessoria de Imprensa para a publicação do Edital com data de vinte e três de agosto; minuta do Edital datado de vinte e três de agosto. A abertura do Edital num prazo de dez dias, inferior portanto ao disposto no Artigo vinte e um, Letra D 3 da Lei número oito mil seiscentoe e sessenta e seis, que é a Lei dos Estatutos das Licitações Públicas, que exige um prazo mínimo de quinze dias após a ultima publicação do Edital, para a abertura das propostas. A assinatura do Edital em primeiro de setembro de mil novecentos e noventa e quatro, pergunta-se: Como pode a minuta dos respectivos Edital, ter sido encaminhado para a publicação em vinte e três de agosto, bem como a abertura prevista para seis de setembro, se o mesmo foi assinado em primeiro de setembro? Os senhores receberão cópia da denúncia, e certamente ficarão, também, assombrados com a quantidade de irregularidades. Para que se possam ter uma idéia, somente nesse processo, nós conseguimos, para fazer a divisão das irregularidades, da Letra A à Letra V. Quer dizer que todo o alfabeto da Língua Portuguesa, foi usado para indicar irregularidades nesse Processo de tomada de preço, através da qual, a Prefeita mantém os serviços de ajardinamento da cidade. Em outro dado, também chama-me a atenção. Tomei conhecimento do pagamento, pela Prefeitura Muncipal de Boa Vista, em dois de março desse ano, através de um empenho dois mil oitocentos e trinta e um, Processo oitocentos e oitenta e um CL - À Socolótsc, a Prefeitura pagaou à essa Empresa a importancia de quinze mil cento e trinta e um reais, sessenta e oito centavos. Pagamento esse, para a construção de uma fóssa e um sumidouro. Também ficamos interessados no Edital que foi publicado no Diário Oficial do Município no último dia treze, tratando de uma concorrência pública para serviços que serão realizados em quinze bairros da cidade; serviços esses, de acordo com o Edital, encerrando otrabalho de limpeza, trabalho de saneamento básico. O Pro-

jeto é monstruoso. Eu e o Vereador Geraldo Moreira, fomos até a a Comissão de Licitaçaõ da Prefeitura, para obtermos maiores informações sobre essa grande concorrência. Eu particularmente achei o custo do Edital caro; A pessoa que está interessada em adquirir o Edital tem que desembolçar quinhentos reais. A chefe da Comissão de Licitação nos deu uma explicação, não muito convincente, e como indagamos à ela a origem dos recurso , ela não soube informar, dizendo que as informações poderiam ser obtidas na Secretaria de Planejamento, junto com o Secretário Arthur Machado. Nos dirijimos até a Secretaria de Planejamento,e lá chegando o Secretário não polpou palavras para elogiar o gesto da Prefeitura. Mas quando nós o indagamos se haviam recursos disponível, ele desconversou e disse que só existem recursos disponíveis para o Pricumã. Os meus caros Pares tem conhecimento de que foi liberado uma verba de um milhão e meio para o bairro do Pricumã. O Ministério que liberou essa verba entrou em contato com a Câmara Munci - pal de Vereadores, procurou o Presidente e por duas vezes - informou que o dinheiro já tinha sido liberado. Toda essa grande Licitação está sendo feita contando com esse dinheiro que está sendo liberado para o bairro Pricumã. Então nós temos verbas liberadas para um bairro, e para outros dezessete bairros, não existem ver-bar libereradas. Isso traduz-se de uma grande infração ao Artigo sétimo, Inciso terceiro no Estatuto das Licitações, que diz o seguinte: "As Licitações para execução de obras e para a apreçassão de serviços obedecerão o disposto desse Artigo e em particular as sequências: Projeto Básico, Projeto Executivo, Execução das Obras e Serviços. Parágrafo segundo: As obras e os serviços somente poderão ser licitados, quando haver previsão de recursos orçamentários, que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no Exercício Financeiro, de acordo com os respectivos cronogramas". Ao interpretar esse Artigo, fiquei pouco na dúvida se falava em recurso orçamen-

tário ou recurso financeiro. Mas o Inciso terceiro desse parágrafo é muito claro, pois ele fala: Quando houver previsão de recursosOrçamentários que assegurem o pagamento das obrigações". Logo, só pode ser recursos financeiros. O que nós entendemos com essa atitude da Prefeitura, tudo leva a crer, tratar-se de uma grande manobra, justamente para afastar as empresas locais, porque as empresas locais poucas tem capital social acima de trezentos mil reais, que é o que pede o Edital. Poucas empresas locais terão condições de executar os serviços, e o Edital fala que a concorrência, é para a contratação de empresas para executar os serviços naqueles bairros. Entende-se que se faz o Edital dessa forma, globalizando as obras, que na realidade não tem recursos disponíveis, afasta-se as interessadas de Boa Vista de participarem dessa concorrência; a concorrência é aberta e é conhecida a vencedora; vem tudo com carta marcada e se cancela os restos das obras por falta de recursos, mas ocorre esse cancelamento, essa atitude, ela é vetada pela Lei oito mil seiscentos e sessenta e seis. Então, se pensaram que essa manabro seria uma forma de afastarem as empresas locais, e trazer alguém já previamente contemplada para usufluir os lucros, que certamente iriam ser oferidos com a obra no Pricumã, com essa Redação do Estatuto das Licitações, essa intenção cai por água abaixo, se for denunciado a tempo. E é justamente por isso que indicamos em nossa denúncia esse endúcio de irregularidades para que as providências legais sejam tomadas. Era o que tinhamos para apresentar nesse Horário do Grande Expediente. Não havendo mais Vereadores que quisessem usar a palavra no Grande Expediente e nem Vereadores inscritos no Horário de Lide - rança, o Senhor Presidente anunciou o Intervalo Regimental, o qual foi suprimido a pedido verbal da Vereadora Maria da Conceição Ventura e ouvido Plenário. ORDEM DO DIA. PRESIDENTE: Cumprido o Regimento Interno do Decreto Lei número duzentos e onze barra sessenta e sete, colocamos em Discussão a denúncia do Vereador Humberto

Campos. Requerimento número zero setenta e seis barra noventa e cinco de autoria dos Vereadores,Vingtum Gouveia Praxedes, Alfonso Rodrigues do Vale, Geraldo Moreira da Silva, Braz Assis Benhck,Maria da Conceição Cruz Ventura, Darci Alencar Freitas, Vera Lúcia Araujo Bezerra, Jader Linhares, Francisco Vieira Sampaio,Humberto Campos, Maria Alice de Andrade Gomes, Valcira Figueira, Homero Neto. No qual requer que seja constituído Comissão Parlamentar de Inquérito, formado por três membros para no prazo de cinquenta dias apurar irregularidades no Processo de Licitações praticados pelo Executivo Municipal com desrespeito a Lei número oito mil seiscentos e sessenta e seis barra noventa e três conforme denúncias e provas que seguem juntas. Após a Leitura do Teor do Requerimento o Senhor Presidente disse: Antes de colocarmos o Requerimento em Discussão, eu quero fazer o registro, de que durante, não só esse ano, mas durante todos os outros dois anos do nosso mandato, sempre houveram muitas denúncias de irregularidades na Prefeitura, inclusive culminou com a CPI da FECEC. Mas eu quero fazer referência à uma séries de denúncias que aconteceram este ano, na Tribuna deste Plenário, onde vários Vereadores denunciaram e cobravam ação da Mesa e da Câmara, sob pena da desmoralização do Poder Legislativo perante a sociedade. E a Câmara está tomando providências exatamente para averiguar esses fatos. Evidentemente em uma apuração, de acordo com o princípio da inocência, até que se prove, nós não estamos acusando formalmente o Executivo Municipal; mas exsitem denúncias contudentes com provas de irregularidades, e para isso deverá acontecer exatamente essa investigação.No dia três de Abril de mil novecentos e noventa e cinco o Vereador Netão em seu discurso falava: "Eu quero chamar a atençaõ dos nobres Vereadores para o escândalo que está acontecendo na Prefeitura Municipal de Boa Vista. Aquela Casa abandona as suas funções de fazer o bem público, para única e exclusivamente se preocupar em fazer política barata. Nós edis, somos dezessete, e temos como

obrigação Constitucional, o direito e obrigação de ver como estão sendo executados os serviços de obras públicas, e além disso como estão sendo tratados os assuntos administrativamente". No dia quinze de maio de mil novecentos e noventa e cinco, o Vereador Netão fazia o seguinte pronunciamento: "O pronunciamento que faço nessa oportunidade, tem o objetivo de tentar, pela última vez, antes de expor-mos, a Instituição a que pertencemos, do Debate Jurídico contra a Instituição que é o Executivo Municipal, e tentar mais uma vez achar um denominador comum, para o vergonhoso problema salarial que atravessa os funcionários públicos Municipais. Existem Servidores ganhando cento e quarenta Reais, o salário mínimo aumentou e as despesas aumentaram, e o Executivo Municipal inerte, invalido como sempre, nada faz para atender os anseios da população, com relação ao aumento do salário do Servidor Municipal."Ainda o Vereador Netão:"Senhor Presidente, nós ainda não invadimos o Palácio Municipal para cobrar definição da política salarial. Nos dois primeiros anos dessa Legislatura, sempre havia a desculpa de que a Prefeita não se dava bem com alguns membros dessa Casa, em especial o Vereador Urzeni, no qual ela dizia que ele a atacava . Nós no papel de Líder do PTB,Partido de Oposição da Prefeita, temos usado a Tribuna com decoro, e estamos com a tarefa Parlamentar comedidamente, mas chega uma hora, senhor Presidente,que o comedido passa-se a ser ridículo, e o prudente é confundido com inerte. E esta Casa tem que dar uma satisfação ao povo que nos elegeu". No dia vinte e quatro de abril de mil novecentos e noventa e cinco - Pronunciamento do Vereador Netão:"Há um pedido de intervenção na Prefeitura Municipal de Boa Vista, e nesta Casa, nesta Tribuna nada se falou. O Juíz da Infância e adolescência,juntamente com o Promotor de Justiça da Àrea, averiguou e averígua a aplicação indevida de recursos por falta de aplicação de recursos destinados à Boa Vista, e aqui nessa Casa nada se falou.A Prefeitura Municipal é teúda e manteúda em todo o seu espaço, como uma Pre

feitura caloteira, que não honra os seus compromissos, que deve ' desde o menor ao maior empreiteiro, que tem a infelicidade de ganhar uma obra.A Prefeitura Municipal de Boa Vista, não fiscaliza' as suas obras, como um exemplo imoral. A comunidade vai cobrar esse posicionamento, e o senhor vai correr para a Prefeitura Municipal com papéis, pedindo pelo menos para ser ouvido, e não vai conseguir, pois nós temos a frente da Prefeitura Municipal de Boa Vista, uma Prefeita politicamente irresponsável, onde não tem nenhum critério, não atende. Transformou o enti-público, como a Prefeitura Municipal de Boa Vista, num Órgão mais caloteiro que existe no Estado de Roraima. O nosso Município é caloteiro, não paga as suas contas, deve ao funcionalismo público, deve ao Grande e Pequeno empresário, deve à essa Casa, enquanto isso as Onze Horas estão sendo aguadas".Nós separamos todas essas ATAS de reuniões deste Plenário, nas quais aconteceram denúncias de vários Vereadores, com relação ao comportamento da Senhora Prefeita, e é por isso,que a Câmara Municipal, cumprindo o seu papel fiscalizador, está tomando as providências necessárias para apurar esses fatos denunciados, principalmente, durante todo o ano de mil novecentos e noventa e cinco. Está em discussão a denúncia do Vereador Humberto Campos . Não havendo Vereadores que quisessem discutir, passou-se para a votação. Declaração de Voto do VEREADOR VINGTUM PRAXEDES: Senhor Presidente, Senhores Vereadores. Sempre fui militante nessa Casa Legislativa para uma boa perfórmace de fiscalização das irresponsabilidades feitas pelo Executivo Municipal, no que tange a incompetência administrativa do nosso Município. Enquanto um funcionário público Municipal vive um salário de cem Reais mensal, funcionário que tem vinte e dois anos, funcionário que tem dezoito anos de serviço. Isso é um desrespeito ao ser humano, no que tange a qualificação moral e pessoal, institucional e capacital daquele ' funcionário que ali luta no seu trabalho. A Prefeita gasta anualmente quase dois milhões de Reais para aguar as florzinhas que es

tão nos canteiros da Cidade de Boa Vista. É uma quantidade exorbitante, tendo em vista a falência da Secretaria Municipal de Saúde e vocês são testemunhos disso. Podem andar nos postos médicos do Município de Boa Vista, que da para fazer um filme de terror. Sem falar também na participação da Educação Municipal, que está totalmente desatendida, desmoralizada e desrespeitada. É por isso, Senhor Presidente, que eu declaro o meu voto favorável. E nós temos uma Prefeita mais andarina, do que uma Prefeita Constante nas suas funções para a eleição de mil novecentos e noventa e dois, -quando depositamos o voto naquela impossibilitada Prefeita. Vive quatorze dias em Boa Vista e dezesseis em Brasília. Ela nem sabe se administra o Município de Boa Vista, ou se administra o casamento dela em Brasília. Ela foi eleita pelos Munícipes para administrar o Município de Boa Vista, e não para administrar o seu casamento. Eu voto favorável a esses documentos. Concluída a votação do Requerimento número zero setenta e seis barra noventa e cinco, o mesmo foi aprovado a unanimidade dos Vereadores presentes. PRESIDENTE: Aprovado o Requerimento número zero setenta e seis barra noventa e cinco, e cumprindo o Decreto Lei número duzentos e um sessenta e sete, que determina o sorteio dos três Membros da Comissão na própria Reunião. E de acordo com o Regimento Interno, eu suspendo a Sessão por cinco minutos para que nós procedamos o sorteio. Reaberto os trabalhos, o Senhor Presidente convidou o Vereador Jader Linhares para proceder o sorteio, e solicitou do Vereador Alfonso, para acompanhar o sorteio e anunciar os nomes que foram sorteados: VEREADOR GERALDO MOREIRA, VEREADOR JOAQUIM PINTO SOUTO MAIOR NETO e VEREADOR HOMERO NETO. PRESIDENTE: Confirmando os nomes dos Vereadores Netão, Homero Neto e Geraldo para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito. E dando prosseguimento a Ordem do Dia, solicito do Senhor Secretário, fazer a Leitura do Projeto de Lei número zero onze barra noventa e cinco de autoria do Vereador Netão. Como o Vereador Netão encontra-se au

sente , e com vigor ao Regimento déssa Casa, foi retirado o Projeto, voltando na próxima reunião. Projeto de Lei número trinta e nove barra noventa e cinco de autoria da Vereadora Valcira. A pedido Verbal da Vereadora Maria da Conceição Ventura,e ouvido Plenário, o Projeto de Lei número trinta e nove barra noventa e cinco foi colocado em vistas. PRESIDENTE:Anunciamos para a próxima Sessão o Projeto de Lei número zero onze barra noventa e cinco e Projeto de Lei número trinta e nove barra noventa e cinco. EXPLICAÇÕES PESSOAIS:VEREADORA MARIA ALICE DE ANDRADE GOMES: Eu gostaria de parabenizar os Vereadores que foram sorteados e dizer que realmente foi excelente o sorteio, porque são pessoas capacitadas, que podem fazer um trabalho consciente. Espero sinceramente, que não dê em pizza, porque eu não aguento mais aqui nessa Câmara ver tanta coisa que se inicia e vai por água abaixo. Eu espero que a justiça funcione. Não depende só de nós, depende da justiça. Eu não poderia deixar de agradecer, e parabenizar o Presidente pelo café servido com leite. Obrigada em nome de todos os Vereadores. VEREADOR GERALDO MOREIRA DA SILVA:Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhores Vereadores presentes e demais Senhores. Todos sabem como a minha vida é difícil e terei que trabalhar bastante, para manter o meu negócio funcionando, pois Roraima está com muita dificuldade e nós empresários de porte pequeno, estamos passando por muitas dificuldades. Mas como Vereador Membro da Mesa Diretora, e hoje fui incubido, através do voto, de participar de um trabalho difícil. O nosso ilustre amigo Doutor Homero Neto, é uma pessoa decente de grande respeito e também vai fazer parte dessa Comissão, e também o grande Vereador Netão,por ser um bom advogado e per ser um dos pares que mais reclamou nessa Casa. Eu gostaria que esse trabalho que está começando, apartir de hoje,não ficasse somente na mão dos três membros da Comissão, porque isso só vai ter sucesso se todos os dezessetes Vereadores somarem, dando em formação e ajudando os outros à trabalharem, porque naõ é

- fácil entrar em setores privados, até mesmo municipal, e pedir informações. Então essa é uma batalha muito difícil para mim. Eu gostaria de ter ficado de férias desse trabalho, mas a escolha veio aí e nós temos que respeitar o Regimento Interno dessa Casa, e sua Excelência o Senhor Presidente, quando colocou em votação nós todos teríamos decidido que, dos dezessete alguém iria sair para trabalhar na CPI, Então, eu tenho obrigação apartir de hoje de fazer o meu trabalho de pessoa decente, não trazendo prejuízos para essa Casa e nem trazendo prejuízos para a população e nem tão pouco para a Prefeita. A minha obrigação é fazer o trabalho, ver o que está errado, mostrar ao povo, e se Deus quiser e tudo correr bem, em um prazo de no máximo noventa dias teremos o resultado aqui, se for bom ótimo, se for ruim paciência, mas eu vou fazer o possível e sei que o ilustre amigo Vereador Homero Neto fará o mesmo, porque é uma pessoa de bem e tem um caráter irrevogável. VEREADORA VALCIRA FIGUEIRA: O meu pronunciamento se baseia mais ou menos na preocupação do Vereador Geraldo, de que essa CPI não tenha um procedimento igual à anterior, onde nós Vereadores não podíamos tomar conhecimento de nada, não tomamos conhecimento durante todo o período de apuração, não fomos convidados a ir à nenhum órgão da Prefeitura, como também fomos impedidos de ver algum papel. Eu não sei porque isso, pois as três pessoas membros da Comissão, eram pessoas democráticos, mas aconteceu isso, talvez até por falta de experiência no trabalho de uma CPI. Mas uma CPI, ela não pode ser guardada à sete chaves. Nós temos o exemplo da CPI do bingo; todos os dias na hora em que a Comissão se reúne, e as pessoas vão depor, a imprensa nacional está presente, jogando à nível nacional para todo o País tomar conhecimento. E eu espero que essa CPI, que é de grandiosidade, não só politicamente, mas moralmente para todos nós, que ela também tenha essa ênfase, que ela também tenha esse argumento que não pode ser escondido. Quando alguém vier depor chamem a imprensa, a imprensa'

vem e notifica tudo. A situação não pode ser escondida como foi a outra, pois na última hora todo mundo era à favor da Prefeita, porque só ela divulgava que estava sendo perseguida, mas nós que tínhamos tudo na mão para provar ao contrário, recebemos um relatório de cento e dezesseis páginas duas horas antes da Sessão, ficamos sem condições de ler o relatório, e eu mesmo tive uma posição, digo hoje estúpida, porque aborrecida com a posição da CPI, naquele momento eu não tive outro argumento a não ser rejeitar daquela maneira que rejeitei aquele relatório. Talvez se tivéssemos tido conhecimento de todos os fatos, aquele comportamento. EU espero tomar conhecimento de tudo que vai acontecer nessa CPI, não só eu, mas todos os Vereadores, para que eu tenha outro comportamento. Eu, nesse outro relatório, quero me redimir com o povo da minha cidade, daquilo que eu fiz. Hoje, eu acho, que cometi um erro,porque se eu tivesse deixado acontecer as coisas como estavam programadas, talvez nós hoje não estivéssemos passando pelo que estamos passando, a Prefeita da Capital não estivesse nós pisando, nos humilhando como hoje está, achando que seu mandato é maior do que o nosso. e não são quatro anos. Dia primeiro de janeiro de noventa e sete acaba o nosso e o dela também. Então vamos trabalhar em harmonia, mas não vamos esconder nada da imprensa, vamos deixar a imprensa publicar, saber do que está acontecendo, porque a imprensa é o único órgão que pode levar ao povo a opinião; desde que a imprensa seja séria, a opinião é aquilo que está acontecendo. Agora sem sabermos de nada, vai ficar muito difícil e vamos passar novamente um vexame. PRESIDENTE: Antes de passar a palavra ao Vereador Homero, eu quero registrar que realmente é procedente a preocupação dos Vereadores Geraldo e Valcira e a preocupação da Presidência desde o início é rigorosamente em cumprir vírgula por vírgula do que manda a Lei, e principalmente em obedecer o princípio do contraditório, aquilo que está determinado na Constituição Federal. A posição da Presidência da Câmara,

é de que tudo seja feito as claras na forma da Legislação em vigor, todo mundo tendo conhecimento. E as pessoas envolvidas ao serem ouvidas, serem notificadas de acordo como determina a Legislação pertinente. VEREADOR HOMERO NETO: Senhor Presidente, Senhor Primeiro Secretário, eu descordo da colega Alice, .. infelizmente ela saiu, creio que todo procedimento aqui na Câmara, com todo respeito à todos os Vereadores que compõem essa Casa, eu creio que nunca acabou em pizza, a finalidade da CPI é de concluir o seu trabalho, o resultado posterior do julgamento do trabalho, não cabe à Câmara, não cabe a CPI, mas sim aos órgãos competentes da justiça. A CPI não tem a finalida de julgar e de condenar, mas sim de avaliar as denúncias e coletar informações didáticas e ver se tem fundamento ou não as denúncias, e depois enviar esses trabalhos para o ministério público. O único problema que eu acho na CPI passada, é que se confundiu o lado administrativo com o lado político. Eu creio que qualquer componente de uma Comissão, qualquer avaliação de fundo administrativo tem que ser Supra-partidário. A questão partidária tem que ficar de fora, o que nós temos que julgar são os atos de empregos de recursos públicos, porque indiretamente ou diretamente, o Legislativo é responsável pelo dinheiro público aplicado nos benefícios do município e da comunidade. E nós não fazemos mais do que a nossa obrigação. Poderia, por exemplo, a própria Comissão de Finanças ter acesso ou fazer uma Comissão para ter informações à respeito. Infelizmente essa Comissão não teria a mesma força jurídica para obter informações e outros dados para poder se chegar a uma conclusão mais coerente da coisa. Da minha parte, como também de todos os componentes, faremos o possível dentro de toda integridade moral de fazer um levantamento honesto e correto, para saber se tem fundamento as denúncias formuladas quanto ao emprego dos recursos públicos do nosso Município. VEREADOR FRANCISCO VIEIRA SAMAIAIO: Senhor Presidente, Senhor Secretário, eu quero também deixar regis-

trado uma das minhas preocupações quanto a CPI. Eu desejo que todos os Vereadores tenham acesso a CPI, para que não aconteça o que aconteceu na anterior. E também quero desejar a Prefeita que nada tenha de irregular a benefício do Município, porque se nada tiver irregular para nós Vereadores e para o Município, muito importante, porque já chega de tanta imoralidade nas administrações públicas. Então nós vamos fazer um trabalho sério, um trabalho bem feito e torcer para que nada tenha de irregular, porque com certeza não estamos aqui criando uma CPI para atacar ou cassar a Prefeita. Nós estamos fazendo um trabalho de fiscalização, e se por acaso venha acontecer que tenha alguma irregularidade, quem está perdendo são os munícipes, porque três anos já se passaram. Quer dizer se for constatado irregularidade, nós já perdemos, porque já passou mais da metade do mandato, então isso é uma falha nossa. VEREADOR JADERLINHARES: Senhor Presidente, em Explicações Pessoais, eu queria aproveitar a oportunidade, até porque eu sou o único membro da CPI passada remanescente na Câmara, pela infelicidade de não ter sido eleito Deputado Estadual. O que os Vereadores que me antecederam aqui, realmente tem razão, mas o trabalho de uma CPI, como eu falei anteriormente com o Senhor Presidente, é um trabalho que tem que se ter uma dedicação. Não se tem dia e nem hora; tem que ter dedicação, tem que ter boa vontade de explorar os documentos, não deixar falha nenhuma, no aspécto de fazer ofício solicitando documentos, solicitando a presença das pessoas a serem ouvidas, o direito de defesa que o Senhor preconizou aí. Como eu participei da outra CPI, eu gostaria de fazer uma obervação, que eu acho ter sido a grande falha da CPI passada: Num relatório final, ele tem que ser votado e aprovado pelos três membros que compõe a CPI, feito isso se leva para o Plenário, para ser lido e aprovado pelo Plenário. Após isso, é que deve ser remetido para o Ministério Público, tem o poder de punir o vilão, no caso a Prefeita. Não concordo com o Vereador Homero, quando diz que

terminou em pizza. Nós chegamos até o final, levamos ao Ministério Público, mas uma juiza, que não me interessa, mandou arquivar o processo. O porquê, eu não sei, pois não compete a mim, julgar o que a juiza julgou. Então, independente disso, o meu tempo esta muito exíguo devido o hospital, mas estou a disposição dos companheiros que vão compor a CPI, para que dentro do que for possível eu ajudarei. VEREADOR HUMBERTO CAMPOS: Senhor Presidente Senhor Secretário. A minha satisfação pela comissão, é sem dúvida alguma de grande quilate. E gostaria também de agradecer o apoio dos companheiros que assinaram e aprovaram esse recebimento da referida denúnica. Espero que consigamos realizar o nosso trabalho com êxito, dando dessa forma satisfação a sociedade. PRESIDENTE: Não havendo mais Vereadores para fazer uso da palavra, agradecemos a Deus pela oportunidade e a presença de todos e está encerrada a Sessão.

PLENÁRIO "ESTÁCIO PEREIRA DE MELLO". Boa Vista, 06 de Dezembro de 1995.

NATANAEL ALVES DO NASCIMENTO
PRESIDENTE.

VINGTUNE UM GOUVEIA [illegible]
1º SECRETÁRIO